



ANA MARIA CAMPOS  
camposanamaria5@gmail.com

## Reta final do governo Ibaneis



Faltam três meses para o fim do governo Ibaneis Rocha (MDB). Até 4 de abril, ele se desincompatibilizará para disputar as eleições de outubro, deixando o cargo para a vice, Celina Leão (PP). Saem também alguns dos principais integrantes do primeiro escalão. É o caso dos secretários Gustavo Rocha (Casa Civil), José Humberto Pires (Governo), Hêlvya Paranaguá (Educação), Sandro Avelar (Segurança Pública), Ana Paula Marra (Desenvolvimento Social), Rodrigo Delmasso (Família), André Kubitschek (Juventude) e Cristiano Araújo (Turismo), além de outros nomes. É claro que a gestão de Celina será uma continuação do mandato atual e Ibaneis deverá manter a influência nas decisões. Mas a reta final deve incentivar o governador a acelerar entregas, resultados e inaugurações que deverão constar em sua prestação de contas na campanha eleitoral.

### Decisão inédita: Justiça autoriza que empregado grave perícia em processo contra empresa

O Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região garantiu uma vitória importante a um trabalhador ao autorizar a gravação em vídeo e áudio da perícia técnica em um processo trabalhista contra a União Química Farmacêutica Nacional S.A. A decisão foi assinada pelo desembargador Grijalbo Fernandes Coutinho e reforça o direito do trabalhador à transparência e à ampla defesa durante o andamento do processo. O Tribunal entendeu que não há motivo razoável para proibir a gravação, desde que sejam respeitados cuidados com a imagem e os dados das pessoas envolvidas. “A medida é vista como um avanço na garantia de mais clareza, segurança e equilíbrio entre as partes, além de reforçar a transparência dos atos da Justiça do Trabalho”, explica o advogado do caso, Marcelo Lucas.

Renato Alves/Agência Brasília



### Atrazo desmentido

O Governo do Distrito Federal (GDF) esclareceu que não procede a informação que circula nas redes sociais sobre um suposto atraso no pagamento dos salários dos servidores públicos. Segundo o Executivo, essa é uma fake news que tem criado insegurança entre os trabalhadores. “É uma fake news clara com intuito de gerar pânico entre os servidores públicos do DF”, afirma o secretário de Comunicação, Welington Moraes. O GDF sustenta que a folha de pagamento foi integralmente empenhada na noite e a Secretaria de Economia efetuará o pagamento em 5 de janeiro, primeiro dia útil do ano, enquanto os demais órgãos seguirão o cronograma habitual, com depósitos realizados até o quinto dia útil do mês.

Tainá Matos/Divulgação



### Troca de senador no PL do Rio

Em seu primeiro discurso no plenário, o senador Bruno Bonetti (PL-RJ) criticou o governo Lula e afirmou que sua atuação será focada na correção de injustiças e na busca do equilíbrio institucional do país. Também sinalizou seu apoio à família Bolsonaro nas eleições de 2026. Bonetti tomou posse no Senado Federal como suplente durante a licença do senador Romário. Presidente municipal do Partido Liberal no Rio de Janeiro, Bonetti comanda o partido no reduto da família Bolsonaro. Ao pedir licença do partido, Romário justificou que havia um acordo no partido para que Bonetti assumisse temporário o mandato.

Divulgação



### Aos leitores

Desejo que 2026 seja justo, camarada, carinhoso, companheiro, amoroso, realizador, exemplo de boas lições, paciente, presente e marcante de momentos de alegria.

Arquivo pessoal



### Pedido de providências

O deputado distrital Ricardo Vale (PT) tomou-se um dos principais defensores da proteção aos animais, ao lado dos colegas Daniel Donizet (MDB) e Robério Negreiros (PSD). Vice-presidente da Câmara Legislativa, Vale encaminhou demanda ao governo para que tome providências para a falta de profissionais e insumos no Hospital Veterinário de Brasília. A unidade precisa de ajuda!

### TCDF cobra solução para falhas estruturais no Hmib

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) determinou que a Secretaria de Saúde do DF (SES/DF) apresente esclarecimentos e medidas concretas para corrigir falhas estruturais no Hospital Materno Infantil de Brasília (Hmib), após um alagamento ocorrido em 19 de outubro, que expôs profissionais de saúde e pacientes em situação de vulnerabilidade a riscos. Na ocasião, uma forte chuva provocou a entrada de água em áreas internas da unidade e goteiras no teto. A decisão foi tomada na última sessão plenária da Corte, de 2025.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos\_cb

## INVESTIGAÇÃO

# Médica acusa bombeiro de racismo

Denunciado teria chamado mulher de “macaca” em postagem nas redes sociais em que ela relata episódio de abordagem policial

» LARA COSTA  
» MILA FERREIRA  
» VITÓRIA TORRES

Após divulgar nas redes sociais um vídeo em que relata uma “abordagem constrangedora” por parte da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), a médica Rithiele Souza denunciou que teria sido chamada de ‘macaca’ por um bombeiro militar que teve acesso à postagem. A Polícia Civil do DF (PCDF) está investigando o caso. A postagem feita pela médica, que é negra, teve grande repercussão nas redes sociais. Em um grupo de WhatsApp do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), um oficial teria utilizado termos racistas para se referir à médica: “A macaca quis meter a carteirada. Parabéns, policiais do DF”. Em nota, o CBMDF diz que ainda não foi comunicado oficialmente sobre o boletim de ocorrência da PCDF mencionado. “Assim que houver a notificação formal, será instaurado o devido processo administrativo para apuração dos fatos”, informa a corporação. Além disso, a instituição afirma que não administra grupos de aplicativos de mensagens, e que eles são de responsabilidade exclusiva de seus participantes. “A

corporação reafirma que não compactua com condutas contrárias à lei, à ética, à moral ou aos valores institucionais e seguirá colaborando com as autoridades competentes dentro dos limites legais”, disse o Corpo de Bombeiros. No vídeo em que relata a abordagem policial, Rithiele descreve o constrangimento vivido dentro do próprio carro. “Gente, eu aconselho que estudem, porque eu, médica formada pela Universidade de Brasília (UnB), dentro deste carro, fui parada e me perguntaram se eu tinha passagem. Depois que eu disse que era médica, eles me trataram muito bem”, afirmou. Na legenda da publicação, ela acrescentou: “Pediram até para eu descer do meu carro”. Em nota, a PMDF esclarece que as abordagens policiais seguem critérios técnicos e legais para garantir a segurança da população, e que são feitas de forma igualitária, respeitosa e sem distinção de posição social, profissão, raça ou qualquer outra condição. “A corporação reforça que o procedimento de abordagem faz parte da rotina do policiamento ostensivo e é fundamental para a prevenção de crimes e a preservação da ordem pública”, afirma. Sobre as manifestações atribuídas a Rithiele, a corporação diz que não se responsabiliza por condutas

Arquivo Pessoal



### Rithiele Souza gravou vídeo denunciando constrangimento

individuais externas à sua estrutura institucional, e que devem ser apuradas pelos meios legais competentes. “A PMDF reafirma seu compromisso com o respeito aos direitos fundamentais, com a legalidade e com a atuação profissional de seus policiais em todas as ocorrências”, diz a nota. **Discriminação** Ao **Correio**, Rithiele afirmou que pretende recorrer à Justiça. “Eu vou entrar com um processo, tanto criminal quanto cível, por danos morais. Isso se alastrou, gerou uma

exposição muito grande”, disse. Segundo ela, a intenção é que o caso não seja enquadrado como injúria racial. “Isso é racismo”, declarou. O advogado de Rithiele, Ailton Zouk, classificou o episódio como grave e de cunho racista. “É crime de racismo, sim. Esperamos que a PCDF venha instaurar um inquérito penal, que esse autor seja ouvido e, posteriormente, a ação penal seja proposta pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Temos a certeza e a confiança na Justiça de que ele será condenado. É lamentável e repugnante que

fatos ainda ocorram dessa forma. A nossa expectativa é que ele receba uma reprimenda penal”, declarou o defensor da médica. Um ouvidor do MPDFT encaminhou ofícios para as providências cabíveis ao Núcleo de Direitos Humanos e Promotoria Militar. **Enquadramento penal** O advogado criminalista e especialista em direito constitucional Vítor Sampaio esclarece as diferenças jurídicas entre injúria racial e racismo e avalia os limites do enquadramento penal. “Na injúria racial, é necessário identificar quem falou, o que foi dito e contra quem. No racismo, além da autoria, é preciso comprovar o ato discriminatório em si, ou seja, a efetiva restrição de um direito”, detalha. Ele acrescenta que o Supremo Tribunal Federal (STF) consolidou o entendimento de que a injúria racial integra o crime de racismo, tornando-a também imprescritível e inafiançável. “Hoje, a gravidade dos dois crimes é tratada de forma muito semelhante pela legislação”, pontua. Apesar disso, o advogado avalia que o enquadramento como racismo é juridicamente mais difícil nesse caso. “No episódio narrado, trata-se mais claramente de uma ofensa à

### Qual a diferença?

**Injúria racial:** ocorre quando uma pessoa é ofendida diretamente por palavras, gestos ou expressões de cunho racista que atingem sua honra ou dignidade individual. Desde 2023, é considerada crime racial, com pena de dois a cinco anos de prisão, além de multa. **Racismo:** configura-se quando há discriminação que resulta na exclusão, impedimento ou restrição de direitos, como acesso a serviços, locais ou oportunidades, em razão de raça, cor ou etnia. É crime imprescritível e inafiançável, previsto na Lei nº 7.716/1989. dignidade individual, o que se encaixa de forma mais natural como injúria racial. No caso da abordagem policial, há ainda a dificuldade de provar que ela fugiu do padrão e que ocorreu especificamente por motivo de cor”, analisa. O vídeo sobre a abordagem policial foi publicado há cerca de uma semana. Já o episódio envolvendo o xingamento atribuído a bombeiros ocorreu há três dias.

Ed Alves/CB/DA.Press

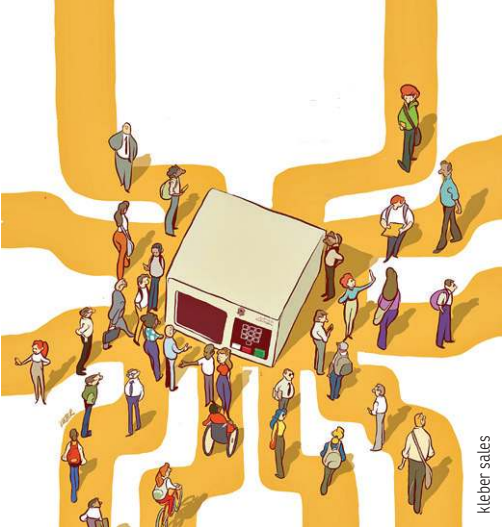


### Duas refeições por dia

A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) articula a formalização de um convênio entre a Marinha do Brasil e a Polícia Militar do Distrito Federal para viabilizar uma troca de experiências em programas de segundo turno escolar promovido pelas duas instituições. Os primeiros passos para viabilizar esse encontro institucional foram tomados em reunião na sede da Marinha, em Brasília, na última semana, com a presença de representantes da própria Força, da PMDF, da Secretaria de Educação do DF e de Damares. A ideia é que crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social participem de atividades esportivas no turno contrário ao da escola e recebam, no mínimo, duas refeições ao longo do dia.

### Pesquisas devem ser registradas

Desde o primeiro dia do ano, todas as pesquisas de opinião pública relativas a candidaturas para as eleições à Presidência, Governo, Senado, Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmara Legislativa devem ser registradas na Justiça Eleitoral, mesmo que sejam para consumo interno. A exigência consta no artigo 33 da Lei das Eleições.



Kleber sales